O GLOBO
Publicado em 15/03/2024 - 05:57

Bolsonaro apresentou hipóteses para golpe, diz ex-comandante do Exército

HIPÓTESES À FORÇA

Ex-comandante do Exército diz à PF que Bolsonaro apresentou caminhos para dar golpe de Estado

BELA MEGALE
bela@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em um depoimento de sete horas à Polícia Federal, o ex-comandante do Exército Marco Antônio Freire Gomes afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou, em uma reunião com comandantes das Forças Armadas, hipóteses para dar um golpe de Estado. No encontro, o então chefe do Executivo detalhou a possibilidade de "utilização dos institutos jurídicos" que abririam espaço para decretar Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Estado de Defesa ou Estado de Sítio, em relação ao resultado das eleições que deram a vitória a Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A coluna da jornalista Bela Megale, do GLOBO, teve acesso à íntegra do depoimento do general. Em um trecho, Freire Gomes "respondeu que se recorda de ter participado de reuniões no Palácio do Alvorada, após o segundo turno das eleições", em que Bolsonaro apresentou as hipóteses.

Ao detalhar um dos encontros, o general disse que esteve no Alvorada em 7 de dezembro de 2022, a convite do então ministro da Defesa, Paulo Sergio Nogueira. Freire Gomes disse que não sabia a pauta da reunião, que ocorreu na biblioteca. Na ocasião, o militar relatou que o assessor especial da presidência, Filipe Martins — que foi preso em operação da Polícia Federal, no mês passado — "leu os 'considerandos, que seriam os 'fundamentos jurídicos' da referida minuta de decreto" do golpe.

O texto sacramentava a tentativa de golpe com expressões comuns do então presidente, como "jogar dentro das quatro linhas".

"Afinal, diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, declaro o Estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem", dizia um trecho da minuta.

DIVULGAÇÃO / EXÉRCITO / 20-08-2022

Tentativa. Jair Bolsonaro e o ex-comandante do Exército, Freire Gomes, em formatura da Força: ex-presidente apresentou opções para dar golpe, segundo depoimento de militar à PF

BRENNO CARVALHO / 08-08-2023

Papel. Torres em CPI do Congresso: ex-ministro teria atuado para explicar opções jurídicas avaliadas para golpe

ENTENDA AS MEDIDAS CITADAS

Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)
É uma operação militar que permite exclusivamente ao presidente da República convocar as Forças Armadas. A medida ocorre, segundo a legislação, nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem. É concedida provisoriamente aos militares a atuação com poder de polícia.

Estado de defesa
Busca "preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza". Com a medida, há restrições aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e de comunicação telefônica. Precisa de aprovação do Congresso.

Estado de sítio
É acionado em caso de "comoção grave de repercussão nacional", ineficácia de medida tomada no estado de defesa e quando há guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. Para as primeiras hipóteses, não pode durar mais de 30 dias. A medida autoriza o governo a prender cidadãos sem necessidade de determinação judicial, entre outros pontos. Também demanda aval do Congresso.

POSIÇÃO CONTRÁRIA

Freire Gomes declarou ainda que Bolsonaro informou aos presentes que "o documento estava em estudo e depois reportaria a evolução aos comandantes".

Em um segundo encontro relatado à PF por Freire Gomes, do qual não se lembra a data, o general disse que Bolsonaro apresentou uma versão do documento com a "Decretação do Estado de Defesa" e a criação da "Comissão de Regularidade Eleitoral", com o objetivo de "apurar a conformidade e legalidade do processo eleitoral". Neste encontro estavam presentes os três comandantes das Forças Armadas e o então Ministro da Defesa General, Paulo Sérgio Nogueira.

Naquele momento, Freire Gomes disse ter adotado uma postura "de forma contundente" contra a proposta golpista, posição que teria sido acompanhada pelo tenente-brigadeiro do ar Baptista Junior, relatando que aquilo não teria suporte jurídico. Paralelamente, porém, disse se recordar que o almirante Almir Garnier Santos "teria se colocado à disposição do presidente da República".

O militar comentou o "desconforto" que sentiu ao saber que Bolsonaro havia convocado, para um encontro no Alvorada, o general Estevam Theophilo Gaspar de Oliveira, do Comando de Operações Terrestres do Exército (Coter).

Freire Gomes disse que desconhecia o teor da convocação, mas que ficou preocupado devido ao conteúdo apresentado nas reuniões anteriores. Perguntado sobre qual seria a importância estratégica do Coter para uma possível execução de um decreto presidencial que previsse uma ruptura institucional, respondeu que a atribuição é "coordenar o preparo e o emprego da força terrestre".

O ex-comandante apresenta uma versão que desmonta àquela feita pelo general Theophilo à PF. Como informou O GLOBO, Theophilo afirmou que foi ao encontro de Bolsonaro por ordem de Freire Gomes.

O general relatou ainda que teve uma reunião realizada em 14 de dezembro de 2022 entre os ex-comandantes das Forças e o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira no ministério. No encontro, Nogueira teria apresentado aos presentes uma minuta de decreto de golpe mais abrangente do que a apresentada por Bolsonaro, mas que, da mesma forma, decretava o Estado de Defesa e instituía a criação da Comissão de Regularidade Eleitoral para "apurar a conformidade e legalidade do processo eleitoral".

MINUTA DE TORRES

O general relata ainda que o papel do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, era o de explicar "o suporte jurídico para as medidas que poderiam ser adotadas" para o golpe. Freire Gomes insistiu que deixou claro o seu posicionamento, dizendo que o Exército não atuaria em tais situações e que chegou, inclusive, a dizer para Bolsonaro que aquilo "poderia resultar na responsabilização penal do então presidente da República". Disse que "sempre externou ao então presidente da República, nas condições apresentadas, do ponto de vista militar não haveria possibilidade de reverter o resultado das eleições".

Freire Gomes disse aos agentes que não tinha conhecimento de que o general Walter Braga Netto, candidato a vice na chapa de Bolsonaro, vinha atacando-o em conversas com outros militares, devido à sua resistência contra o golpe, e que só tomou conhecimento disso com a divulgação da investigação — em uma troca de mensagens com o ex-militar Ailton Barros, obtida pela PF, Braga Netto chamou Freire Gomes de 'cagão'.

O militar reconheceu, no entanto, que o teor das ameaças e insultos proferidos em conversas de Braga Netto tinha ele como alvo.

Bolsonaro e sua defesa não se pronunciaram. Fabio Wajngarten, que atua como advogado do ex-presidente, afirmou em sua rede social que o general tem "memória seletiva" e tratou o depoimento como "folclórico".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.